

ESTATUTOS  
DO  
CONSELHO NACIONAL  
DA  
RESISTÊNCIA TIMORENSE

## Nota explicativa

A organização da Resistência Timorense numa estrutura nacional em que estejam claramente definidos os órgãos, as competências de cada um deles e as regras do seu funcionamento constitui um desafio que tem que se aceitar e ganhar, dadas as vantagens que ela manifestamente contém.

Essa organização é um desafio porque ela tem de ser construída a partir da realidade timorense, extremamente complexa, em que a unidade de acção e de pensamento da Resistência no interior de Timor se contrapõe a proliferação no exterior de grupos fragmentados, todos eles a reclamar-se representantes da Resistência Timorense, cuja acção e pensamento não tem sido até aqui possível conciliar e coordenar.

A constituição de uma estrutura nacional organizada, além de dotar a Resistência Timorense de mecanismos que lhe permitem funcionar mais eficazmente, permite a quem queira comunicar com esta saber, sem dificuldade e sem dúvidas, a quem se há-de dirigir. É precisamente por não saberem com quem da Resistência hão-de dialogar que a ONU e Portugal se têm visto obrigados a convocar uma dúzia ou mais timorenses sempre que querem falar com a Resistência Timorense; isso com as incongruências e o resultados que todos conhecemos.

A constituição de uma estrutura nacional organizada é também uma prova da capacidade dos timorenses para se governar a si próprios. Pois será muito difícil acreditar que os timorenses tenham capacidade para se governar a si próprios (seja em regime de autonomia, seja em regime de associação, seja em regime de independência) se for manifesto que eles não

são capazes de se constituir, enquanto resistência, em estrutura organizada, dotada de órgãos que manifestem a sua vontade e regras que definam o funcionamento deles.

Nessa medida a constituição de uma estrutura nacional organizada da Resistência Timorense será também um acto de homenagem a todos quantos morreram a lutar pela causa timorense na convicção de que os timorenses seriam capazes de se governar a si próprios.

Através do presente projecto de Estatutos pretende-se dotar o Conselho Nacional da Resistência Timorense de órgãos próprios, que manifestem a sua vontade, a partir da definição (no artº 1º) segundo a qual o CNRT é uma estrutura nacional organizada de resistência do Povo de Timor contra a ocupação do seu território e de luta pela autodeterminação e independência do Timor-Leste, de acordo com os princípios do direito internacional e a carta e as resoluções da ONU e os reais interesses dos Timorenses.

O CNRT é definido como estrutura organizada porque tem órgãos próprios cujas competências estão definidas nos estatutos, os quais, actuando segundo as regras aí definidas, exprimem uma vontade imputável ao próprio CNRT; e é definido como estrutura nacional porque se situa acima de partidos ou grupos e congrega todos os timorenses que aceitem os princípios que ele defende e os objectivos que ele prossegue.

Nessa definição estão igualmente explicitado os objectivos do CNRT: resistência contra a ocupação do seu território e luta pela autodeterminação e independência de Timor-Leste. A expressão "autodeterminação e

independência" é utilizada aqui de propósito, por ser a constante do artº 293º da actual Constituição Portuguesa a propósito das suas responsabilidades para com Timor.

A propósito dos órgãos do CNRT (artºs 11º e seguintes) a Comissão Política é o mesmo que o "Conselho Político Nacional" referido nas cartas de Xanana Gusmão que estão na base da realização da primeira Convenção. A utilização da expressão "Comissão" em vez de "Conselho" destina-se apenas a evitar confusão de termos, que, caso contrário, haveria constantemente entre o Conselho-órgão e a pessoa colectiva Conselho Nacional da Resistência Timorense.

Pretende-se dotar o CNRT apenas do mínimo dos órgãos que uma organização do género deve ter - uma estrutura orgânica e administrativa ligeira, mas funcional e eficaz de acordo com a realidade actual de Timor-Leste.

Assim, uma Convenção que não tenha mais de 90 delegados acrescidos dos titulares dos órgãos do CNRT seria mais adequada ao número da população timorense e as limitações de meios disponíveis; sobretudo se tivermos em conta que a Assembleia da República de Portugal, país europeu com cerca de 10 milhões de habitantes, tem, segundo a Constituição actual, entre 180 e 230 deputados apenas. O importante aqui não será tanto a quantidade dos delegados mas a forma da sua escolha e, depois, a qualidade das suas intervenções.

A escolha dos delegados da Convenção através de eleição, à qual concorrem organizações políticas e grupos de cidadãos timorenses será aquele que garante maior representatividade. Deixa-se, contudo às estruturas

da Resistência no Interior a definição dos critérios para a determinação dos delegados que representam os cidadãos timorenses residentes em Timor, dadas as circunstâncias que todos conhecemos.

A presença do interior na orgânica do CNRT é garantida através da indicação pelo interior de 2/3 dos delegados, da obrigatoriedade de um dos vice-presidentes da Comissão Política e de Comissão Executiva ser residente em Timor e da existência na Comissão Executiva do "Departamento do Interior", dirigido obrigatoriamente pelo vice-presidente residente em Timor. A designação "Departamento do Interior" é o mais adequado para abranger todas as estruturas que, pela natureza das coisas e pelas circunstâncias actuais, tem que se manter num certo secretismo.

Procura-se que interior e exterior funcionem de forma integrada e coerente.

Também para garantir a coerência e eficácia na acção opta-se por fazer incidir na mesma pessoa a presidência da Comissão Política e da Comissão Executiva.

Através do artº 14º, nºs 2 - a) e 3 pretende-se colocar na competência exclusiva da Convenção, como órgão máximo, a decisão sobre determinadas matérias fundamentais para o destino política do Povo de Timor.

Finalmente, procura-se limitar ao mínimo o número dos membros da Comissão Executiva, por razões de operacionalidade, mas garantindo ao mesmo tempo a eventual necessidade do alargamento do número desses membros através da possibilidade da nomeação de secretários-adjuntos.

Lisboa, 20.03.98

Cláudio de Jesus Ximenes

